

ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Marcio Henrique Francisco de Souza ¹

Resumo: Em função da grande necessidade de se desenvolver um processo de tomada de consciência ambiental individual e coletiva, para tal desenvolvimento, torna-se necessária a importância de inserir a Educação Ambiental no ambiente escolar, de maneira que todos se mobilizem de forma efetiva. Diante dos problemas ambientais do mundo, a presente proposta visa demonstrar que o conhecimento dos conceitos do que seja Educação Ambiental, bem como, o estudo do seu histórico proporciona uma visão ampla e atual das principais questões ambientais, colaborando para que se possa implementar no ambiente escolar alternativas para sensibilizar alunos, professores e funcionários.

Palavras Chave: Educação Ambiental; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Ambiente Escolar; Sociedade.

Abstract: Due to the great need to develop a process of individual and collective environmental awareness, for such development, the importance of inserting Environmental Education in the school environment becomes necessary, so that everyone is mobilized effectively. Faced with the world's environmental problems, this proposal aims to demonstrate that the knowledge of the concepts of what Environmental Education is, as well as the study of its history, provides a broad and current view of the main environmental issues, collaborating so that it can be implemented in the environment. school alternatives to sensitize students, teachers and staff.

Keywords: Environmental Education; Environment; Sustainability; School Environment; Society.

¹ Fundação Educacional de Além Paraíba. E-mail: marciodesouza89@gmail.com

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6306293159035969>

Introdução

A relação entre meio ambiente e o homem estabelece uma importância na interação entre esses dois eixos que ultrapassam as barreiras das questões de simples sobrevivência, aonde ao longo dos séculos, este meio ambiente vem sendo visto apenas como um meio provedor para as necessidades humanas, onde se estabeleça uma equação desenfreada e desbalanceada: retirar, consumir e desfaltar ao longo da história da civilização humana, faz com que este tema seja debatido nas civilizações atuais, o que ao contrário de outros seres vivos que para sobreviver, estabelecem naturalmente um equilíbrio com os seres e o ecossistema.

A grande dificuldade com as atuais gerações está em estabelecer um limite de crescimento, e em se relacionar com outras espécies e com o planeta, visto que se estabelece uma barreira entre o conhecimento e a ignorância humana, sobre o que diz respeito a sua própria casa, o Planeta Terra. O que reforça a ideia de que o homem é o único responsável pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema.

Diante dos acontecimentos, que são fatos visíveis e incontestáveis deste desordenado e crescente processo de degradação, tornam-se necessárias articulações, para os processos mitigatórios, a fim de barrar estas degradações ambientais e os danos causados ao meio ambiente, e torna também evidente a importância da sensibilização dos seres humanos, para que se tornem conscientes destes problemas e tomem como de si a responsabilidade e a consciência para a conservação a fim de promover um ambiente saudável para o futuro.

A Educação Ambiental é um meio pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, econômicos, culturais, conhecimentos e habilidades que possam transformar a sociedade voltada para um bem comum: a qualidade de vida e a sustentabilidade.

Baseando-se neste conceito e a abrangência, para que sejam implementadas diretrizes a fim de orientar o meio educacional através das políticas ambientais nacionais, o desejo de introduzir este assunto como práticas educacionais, para que, através da aplicação de práticas do conhecimento, empregar em vários segmentos do processo de aprendizagem de forma organizada um ensino fundamental acerca do tema a fim de conferir consciência ambiental e ética, valores e atitudes que possam envolver a participação da escola e outros segmentos da sociedade, favorecendo a participação pública nas tomadas de decisões.

Os elementos expostos nesta proposta permitem identificar e analisar algumas características sobre a importância de a Educação Ambiental ser trabalhada em todos os níveis dos processos educacionais, a fim de promover conhecimento, levantar questões, discutir e debater assuntos essenciais, importantes no que diz respeito às ações antrópicas ao meio ambiente.

Dentro do ambiente escolar, este assunto traz uma reflexão acerca das práticas educacionais de professores e o tratamento dado a temática, compreendendo a sua importância em seu contexto.

Baseado na pesquisa histórica ao longo da evolução das civilizações humanas e suas relações com o meio ambiente, não sendo apenas uma educação produtora de fatos, mas que através da sua realidade, permite perceber que a escola é uma instituição educacional que promove a formação de cidadãos, desempenhando de forma articulada a construção da cidadania.

Assim, a presente proposta aborda no primeiro capítulo, a Educação Ambiental como prática social e desenvolvimento humano. No segundo capítulo, a abordagem é sobre os desafios da Educação Ambiental nas escolas públicas. No terceiro capítulo, aborda a prática ambiental nas escolas públicas, em especial, um estudo de caso através de uma simples amostragem da realidade da Educação Ambiental na Escola Estadual José Bittencourt de Souza no município de Estrela Dalva, Minas Gerais. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

A Educação Ambiental como prática social e desenvolvimento humano

A Educação Ambiental pode ser entendida como uma prática social, que tem por objetivo desenvolver no homem a capacidade de se relacionar de maneira racional e equilibrada com o outro e com a natureza, ou seja, com o meio ambiente, sendo uma importante ferramenta de gestão para a prevenção ou a mitigação dos problemas ambientais, frente ao crescimento significativo (nas últimas décadas) dos desequilíbrios ambientais do planeta, gerados pela ação do ser humano.

Graças aos movimentos ambientalistas acerca do tema, vem despertando o interesse não apenas de ambientalistas, mas também, de relevantes setores da sociedade, atraindo por exemplo, a atenção de organismos de estados, organizações não-governamentais e também, de uma parcela significativa da população (organizada ou não) que está buscando uma tomada de consciência a respeito do modelo tradicional de desenvolvimento social, econômico e principalmente ambiental, que vem gerando tais desequilíbrios, mas também e principalmente, a tomada de consciência por um outro modelo sustentável que busque uma solução para os problemas (desequilíbrios) atuais e futuros.

Esses interesses estão associados diretamente a eliminação e/ou redução dos impactos ambientais e da degradação do meio ambiente que esse modelo tradicional de desenvolvimento vem colocando em risco a qualidade de vida e a sobrevivência da espécie humana e de todas as outras espécies.

O aumento dos avanços tecnológicos, vêm possibilitando mais acesso ao conhecimento sobre a realidade dos problemas ambientais, embora não sejam, isoladamente, suficientes para conter ou deter o avanço da degradação

ambiental em curso, impulsionados por uma sociedade cada vez mais consumista de recursos naturais. Tais avanços e consumo, reforçam um modelo tradicional de desenvolvimento que gera, além dessa degradação, uma condição de desigualdade e exclusão de parte da população, sobre tudo da parte mais carente (econômica e social). Para a mudança de um modelo tradicional para um modelo sustentável, faz-se necessário, além da tecnologia reinante nos dias atuais uma tomada de consciência construída através de uma Educação Ambiental.

Ainda que essa degradação ambiental, desequilíbrio etc. afetem muitos lugares, estes são manifestados no âmbito local, sendo que, em muitos casos os residentes de um determinado local são os causadores e/ou as vítimas de parte desses problemas, porque talvez não tenham condições básicas de diagnosticar essas situações, ora por falta de conhecimento, ora por falta de expectativa, embora sejam provavelmente por conviver com eles, os maiores interessados efetivamente em resolvê-los, envolvendo democraticamente a população local na discussão e dissolução desses problemas, buscando alternativas e resultados

A busca por uma tomada de consciência ambiental individual e coletiva (sociedade) a partir de uma Educação Ambiental, que objetive um desenvolvimento sustentável, deve vir através de políticas públicas.

No Brasil, essas políticas públicas são fomentadas pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que vem levando em consideração uma Educação Ambiental crítica, participativa e transformadora, voltada para uma responsabilidade global e socioeconômica. Tudo isso, está constante na Lei 9.795 de 27 abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Art. 1º - Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Diante dos desequilíbrios ambientais decorrentes das próprias atividades humanas, torna-se necessária que as discussões sobre este tema evolua, contribuindo para os princípios de uma educação pautada na sustentabilidade. Para tais discussões, embasadas na Política Nacional de Educação Ambiental, é fundamental que as escolas adotem a Educação Ambiental como disciplina indispensável para formar cidadãos conscientes nas questões ambientais, conforme consta no artigo 2º da lei 9.795.

Art. 2º - A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Essa tomada de consciência sobre as questões ambientais, deve passar fundamentalmente pela preparação (capacitação) dos professores (educadores), ainda como estudantes (na escola), de maneira que todos se mobilizem de forma efetiva para a melhoria da qualidade de vida diante dos problemas ambientais do mundo, para que as novas gerações possam ter em seus círculos escolares a dimensão ambiental, sendo a escola o ambiente ideal para que esse processo aconteça de maneira a demonstrar que o conhecimento do conceito, bem como, o estudo no seu contexto histórico, proporcione uma visão ampla e atual das principais questões ambientais.

Deve-se implementar no ambiente escolar alternativas para sensibilizar alunos, professores e funcionários, podendo até mesmo integrar toda sociedade na participação e construção desse conceito, bem como, no exercício da cidadania (pela participação) na construção de valores e capacidades que objetivem uma qualidade de vida, conforme destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's (BRASIL, 1997a, p.25)

[...] eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar, implica em colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que despertem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e as decisões que os favoreçam. Isso refere-se a valores, mas também a conceitos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social e efetiva. Uma pergunta deve ser então respondida: As áreas convencionais ministradas pela escola, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia não são suficientes para alcançar esse fim? A resposta é negativa.

Essa resposta central está relacionada às complexidades entendidas na transversalidade, o que é pouco clara nessa definição e suas implantações na prática pedagógicas precisam ser mais elucidadas.

A capacitação dos professores como verdadeiros agentes evolutivos do processo educacional de uma sociedade, devem basear-se em conceitos contextuais metodológicos que estejam voltados para a realidade socioambiental trabalhada, contudo, de maneira clara e objetiva. Segundo Cuba (2010, p.25) para que a transversalidade seja efetiva nas práticas pedagógicas é necessário que sejam eliminadas as barreiras entre as disciplinas e necessariamente as barreiras entre os profissionais de educação.

Cabe ressaltar que os problemas ambientais, bem como, os agentes do processo educacional são parte integrantes de uma sociedade, que como vimos, reflete um modelo de desenvolvimento pautado nos interesses econômicos e sociais que incentiva o consumo e contribui para a geração da degradação ambiental. Essa sociedade não é neutra a todos esses interesses, pelo contrário, ela é influenciada e vivencia tudo isso. Segundo Leff (2006, p.62)

a problemática ambiental não é ideologicamente neutra e nem alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos produtores tecnológicos, gerados por uma racionalidade econômica mundial, marcada pela desigualdade entre as nações e classes sociais. Este processo gerou assim, efeitos econômicos, ecológicos e culturais sobre diferentes regiões, populações, classes e grupos sociais, bem como perspectivas diferenciadas de análise.

Assim, a Educação Ambiental é a ferramenta que deve contribuir para a tomada de consciência individual e coletiva no sentido, dentre outros, da mudança de paradigma de um desenvolvimento econômico e social consumista, exploratório e desigual, por um modelo econômico e social sustentável que busque ser influenciado pelo sentido de preservação (de todos os seres) e de melhoria da qualidade de vida, pela participação e pela a inclusão social, através de uma prática social que vise o desenvolvimento humano em todos os sentidos.

Os desafios da Educação Ambiental nas escolas pública

Um dos grandes problemas que permeiam o ensino pedagógico das escolas públicas brasileiras face aos paradigmas do Ministério da Educação são a resistência e a dificuldade para tratar do tema Educação Ambiental, de acordo com a orientação do próprio Ministério da Educação, junto à falta de capacitação dos docentes. A cerca do tema mesmo sendo este aplicado de maneira informal em todas as áreas e níveis de conhecimento.

Face aos inúmeros problemas ambientais que vem ocorrendo no mundo, mostra a urgente importância da inserção da Educação Ambiental, não apenas de maneira involuntária e em outras áreas que não seja o ensino da ciências, Biologia e Geografia, mas como disciplina formal para que esta geração e as gerações futuras possam ter em seus currículos escolares, um modelo de gestão educacional que está muito além da mobilização de forma efetiva para uma qualidade de vida, mas que tenham uma dimensão ambiental, visto que a escola é o lugar onde forma cidadãos conscientes nas suas tomadas de decisões, sendo o lugar ideal para que este processo ocorra.

Na literatura educacional, estes conhecimentos visam (mostrar) demonstrar que o conceito de Educação Ambiental, bem como o estudo

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 169-184, 2022.

histórico proporciona uma visão ampla das principais questões ambientais, onde possam implementar neste sistema alternativas para sensibilizar não só os alunos, professores e funcionários, mas para que as práticas de ensino ultrapassem os muros e portões das escolas, contemplem e envolvam toda a sociedade na qual está inserida. Uma vez que a sociedade também faz parte indiretamente deste processo, pois são mobilizadas não somente pelas práticas pedagógicas na escola, mas também porque são seres pensantes, capazes de contribuir com suas ideias e experiências contextuais.

Com a criação e promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, sendo estabelecida por meio dela, a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis de formação do ensino formal da educação brasileira.

A inserção desta Lei (9.795/99) tem como marco importante da educação brasileira, a junção de pensamentos de ambientalistas, educadores e até mesmo, o próprio governo, visto que no ambiente escolar, esta prática de ensino é tratada, apenas como um tema transversal, por muitas vezes, ficando à parte da grade curricular de ensino, porque os educadores ficam presos aos conteúdos estabelecidos, e por muitas vezes extensos, tendo que ser concluído até o final do ano letivo, ou por outro lado, porque esses educadores não têm obrigação de trabalhar esta temática. Justamente por ser tratar de um tema transversal e não uma disciplina, que atua separadamente das demais, ou ainda, por não estar relacionada a nenhuma ciência.

A escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações, como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãos cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como meio ambiente (CUBA, 2010).

Segundo Lima (2004), a educação formal ainda continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social, pois desta forma, estabelece a percepção de que a preocupação e a conscientização das práticas sociais têm a capacidade de chamar atenção para a distribuição e utilização dos recursos naturais, tais como o uso indiscriminado e desordenado, levando ao esgotamento de muitos desses recursos, o que vem ocorrendo em diversas partes do planeta nas últimas décadas. Estabelece a percepção de uma mobilização utópica, mas também de uma necessidade real e urgente. Além do desordenado crescimento da população mundial das últimas décadas, o que acarreta também o crescimento de agentes poluidores, mesmo de maneira isolada, pode afetar outros grupos da população, desta forma direta ou indireta, como por exemplo, as indústrias após a revolução industrial e o seu crescente número nas últimas décadas, sendo agentes poluidores do meio ambiente.

Por outro lado, estes impactos têm chamado a atenção de vários segmentos importantes da sociedade, como empresários, ambientalistas,

governo e até mesmo leigos da população, que junto com os órgãos públicos discutem alternativas obrigatórias e fiscalizam para que haja uma diminuição de poluentes emitidos ao meio ambiente.

Assim, o desenvolvimento da Educação Ambiental, permeia um método de ensino eficaz que poderá estar relacionado com os movimentos ambientalistas, pois é parte integrante do mesmo propósito; de estabelecer métodos de conscientização para a problemática ambiental e educar para preservar o meio ambiente.

Na visão de Chalita (2002, p.34), a educação constitui-se na mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e consequentes mudanças de hábitos. Seguindo essa linha de pensamento, pode-se relacionar com instrumentos para construir um conhecimento desinvolto das gerações passadas, conquistando o presente, e assim, fazendo chegar até as gerações futuras, dando um passo importantíssimo do avanço do conhecimento científico ambiental de maneira formal, geral e principalmente contextualizada.

A Educação Ambiental estabelece nos últimos anos um alicerce para as estratégias das mudanças desejadas na atual geração, assumindo importantes e grandes desafios, a fim de garantir a sustentabilidade da sociedade, promovendo uma relação consciente com o planeta e seus recursos. DIAS, (2004), a Educação Ambiental na escola não deve ser conservacionista, ou seja, aquela cujos ensinamentos conduzem ao uso racional dos recursos naturais e a manutenção de um nível ótimo de produtividade dos ecossistemas, pois é um conteúdo que trabalha pela motivação que está além dos conteúdos pedagógicos, pois interage com o ser humano, em que os resultados são de forma positiva para ambas as partes.

Os ensinamentos pedagógicos mais liberais tendem a ter um melhor rendimento e produtividade, pois compreendem que este tipo de educação consolida um sentimento motivador das ações que a escola está disposta a trabalhar para desenvolver uma educação de caráter mais humano.

Segundo Schinke (1986);

entre vários aspectos negativos da atual educação ministrada no Brasil, ressalta o fato de ela não desenvolver no estudante os esquemas mentais que estabelecem a relação dialética das diferentes áreas de estudo entre si e também destas como a realidade social em que vivemos. O estudo da ecologia, enquanto “ciência pura”, de que nada adianta se não relacionada com os demais campos da ciência, porque ela não leva necessariamente a uma visão globalizante, dinâmica e sistemática das coisas, isto é, uma visão “eco-política”.

O que na visão de Guimarães (1995, p107), que dispor dentro deste contexto, o ensino médio, por exemplo, que está preocupado apenas em preparar os seus alunos para os vestibulares, esquecendo totalmente da formação dos cidadãos críticos-conscientes, distanciando assim cada vez mais da realidade do mundo, tendo ele muitas das vezes, como inimigo e não como parte integrante das suas vivências diárias e sendo assim provedor natural de seus benefícios.

Os caminhos da educação: conceitos formal e não formal

A educação formal é aquela que segue um padrão ou sistema institucionalizado, onde esta educação se dá por algum período específico da vida e cronologicamente graduado e hierarquizado, desde os primeiros anos da alfabetização, começando com os itens básicos para fundamentar e estruturar o aprendizado na escola, até a universidade, contando com outros cursos de graduação.

Também pode ser entendida como aquela educação orientada pelo governo, ou que seja submetida aos seus padrões conceituais, dentro das suas responsabilidades de qualquer governo, sendo ele municipal, estadual ou federal, a fim de prover uma educação digna para a população.

A educação informal trata-se de uma atividade sistemática e organizada, mas que, não segue os mesmos padrões da educação “tradicional” dentro de um ambiente escolar, a fim de promover certos tipos de aprendizagens destinadas a um grupo ou uma pequena parcela da educação. Também pode ser compreendida como um conhecimento natural e cultural transmitidos a outras gerações, a fim de adquirir conhecimentos acerca do convívio familiar, a busca pelas novas descobertas, entre outras.

Por mais que os parâmetros curriculares e os temas transversais apontam novos rumos e conceitos para introduzir a Educação Ambiental dentro dos conceitos educacionais, ainda se nota a ausência desse tipo de conhecimento dentro do ambiente escolar, ficando a cargo da educação nacional aplicar através das entidades não governamentais, filantrópicas, ou até mesmo algumas comunidades ligadas à temática aplicar esses conhecimentos.

Philippi e Peliconi, (2005), dispõem que

uma educação transformadora envolve não só uma visão ampla de mundo, como também, a clareza da finalidade do ato educativo, uma posição política e competência técnica, para programar projetos a partir do aporte teórico e formador de profissional competente.

Dentro deste contexto, nota-se a importância que as escolas, formadoras de cidadãos críticos-conscientes paralela à educação, dentro dessa realidade inserir de maneira teórica e prática os conceitos de educação dentro do cotidiano escolar, podendo realizar programas, agregando a educação NÃO FORMAL, através de ambientalistas, agricultores, outros segmentos da sociedade, procurando possibilidades para torça de conhecimentos.

A legislação atual (resumida), no que se refere à educação, em seus mais diversos fatores relacionados à educação FORMAL e NÃO FORMAL, pode ser encontrada na Lei nº 9.795 (BRASIL, 1999).

Prática ambiental nas escolas públicas

A Educação Ambiental, diante de inúmeros problemas que vem ocorrendo no planeta, sejam pelo crescente número populacional ou pela globalização, através das mais variadas indústrias que vem causando graves e sérios problemas no equilíbrio da biosfera e dos recursos naturais, ganha um grande destaque a partir dos anos 80, quando passou a ter uma abordagem de caráter didático e pedagógico, como maneira de correlacionar os problemas ambientais com as práticas das ações antrópicas, refletindo sobre as suas causas e apontando novos meios para mitigar ou até mesmo de maneira apropriada, erradicar tais problemas.

Mas, como todo componente essencial para a gestão de formação educacional com abordagens direcionadas para a resolução dos problemas que contribui para o envolvimento da escola e o público de maneira geral, através de projetos sociais que integram junto a estas comunidades, mostra que na prática implementar a Educação Ambiental dentro do ambiente escolar tem se mostrado cada vez mais difícil e exaustivo, pois a grande dificuldade está em relacionar este assunto com as disciplinas científicas, por não fazer parte do processo de formação e tendo os educadores que cumprir a sua extensa grade curricular durante o ano letivo, torna-se por vez esquecido, ou ainda, face a problemas de estrutura física, rotina da escola, que servem como obstáculo para que o processo de implementação aconteça.

Logo após a conferência de Belgrado (1975), a UNESCO dispõe sobre as finalidades desta educação para o ambiente escolar:

Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estados de espírito, motivação e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e para impedir que eles se repitam.

A Educação Ambiental na Escola Estadual José Bittencourt de Souza: uma simples amostragem da realidade

Esta pesquisa procurou diagnosticar o conhecimento acerca da questão ambiental dos alunos da Escola Estadual José Bittencourt de Souza, do município de Estrela Dalva – MG, como subsídio para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para tal, foi envolvido todos os níveis educacionais (Ensino Fundamental e Ensino Médio) da escola, fazendo uma análise sobre a importância de se trabalhar a Educação Ambiental nas escolas do Brasil, dentro Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e uma análise comparativa acerca da perspectiva do conhecimento do tema.

Foi realizado, inicialmente, um trabalho de observação na escola, sobre o envolvimento da mesma com as questões ambientais, para em seguida, realizar uma apresentação do assunto Educação Ambiental. Posteriormente, foi aberta uma discussão acerca do tema Educação Ambiental, com aplicação de um questionário, como parte da pesquisa, afim de constatar a importância de se trabalhar a Educação Ambiental das escolas públicas brasileiras como ferramenta pedagógica de ensino e das dificuldades para tratar o tema meio ambiente (Educação Ambiental), dentro do ambiente escolar até mesmo de maneira contextual ou de problemas particulares ou até mesmo de problemas que ocorrem em outros lugares, que por vez, poderão ser afetados.

Com base nisso, foi realizada uma entrevista por meio de um questionário com os alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º do ensino médio, onde estes deveriam responder as seguintes perguntas:

- 1) Para você, o que é meio ambiente?
- 2) No seu entender, o que é Educação Ambiental?
- 3) No seu entender, existem problemas ambientais em Estrela Dalva?
☐ Não existem
☐ Não sei
☐ Sim, existem. Quais?
- 4) Você se incomoda com esses problemas?
☐ Sim. Porque?
☐ Não. Porque?
- 5) Quem são os principais responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais?
- 6) Quem são os responsáveis pela solução desses problemas?
- 7) No seu entender, qual a relação existente entre pobreza e problemas ambientais?
- 8) No seu entender, qual a relação existente entre riqueza e problemas ambientais?

9) Como você acha que as pessoas podem colaborar para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vivem?

10) O que você tem feito para melhorar e/ou conservar o ambiente em que vive?

Após a aplicação da referida entrevista (questionário), foi realizada uma reflexão que possibilitou uma discussão interessante. Cabe ressaltar que as entrevistas não foram aqui apresentadas individualmente, e/ou anexadas no presente trabalho, por uma questão de se preservar e respeitar a privacidade dos alunos participantes.

Como já foi dito neste trabalho, sabemos que a vivência escolar é por sua vez um momento importante e, portanto indispensável, para não somente a obtenção de conhecimento, mas também, para a construção da cidadania, que ofereça um conhecimento onde o seu desenvolvimento busca interesses no que se refere à realidade, onde não enfrente barreiras, tendo através dos parâmetros curriculares nacionais – PCN's, um olhar sobre a realidade a partir das disciplinas clássicas que possibilite a inserção da Educação Ambiental como complementação das suas atividades escolares.

As questões atuais que permeiam a realidade que estamos vivendo e vivenciando, apontam para ressaltar um aspecto essencial para desenvolver dentro dessas disciplinas clássicas, o tema transversal meio ambiente (Educação Ambiental), que traga para este meio, um campo de discussão que seja capaz de confrontar valores, de dar importância para momentos cruciais da formação da autonomia do aluno, destacando o cuidado com que se dá para essas formações de valores e autonomias.

Muitos alunos, através das disciplinas formais, à medida que estão mais próximos a se formarem estão perdendo essas contraposições em discutir certas questões que por vez não é parte dos conteúdos escolares programados, mas que fazem parte do seu dia a dia, porque estão mais focados em se preocupar com vestibulares. Isso se deve também ao conjunto de informações usadas e a maneira com que elas são usadas, onde não mostram visões distintas, mas que são por muitas vezes tomadas como verdade absoluta, cumuladas pela falta de interesse, posicionamento crítico em relação aos fatos ou alguém que lhes sejam capazes de apontar esses caminhos, que também mostram níveis variados de conhecimento, dentro de proposições diversas para o mesmo quadro. Essa variabilidade e o confronto de informações e o pouco esclarecimento, torna-se exaustivo e faz com que o aluno perca o interesse em discutir algo que seja relevante, mas que irá confrontar os seus pensamentos.

A Educação Ambiental está além de uma ideia que se incorpore no cotidiano escolar, não apenas como tema, com exterioridade excepcional, em que não apareça apenas em semanas ou datas comemorativas, mas que sejam desenvolvidas e incorporadas neste cotidiano de forma a ampliar e

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 169-184, 2022.

enriquecer os conhecimentos para que possam ser debatidos e apresentados durante essas datas ou semanas comemorativas, por se tratar de um assunto de abordagem ampla, mas direcionada para uma mesma finalidade – resolução dos problemas, contribuindo para a construção do pensamento crítico do aluno.

Este processo se torna dificultoso e deficiente porque não há uma organização das informações sobre o meio ambiente, o que não é simples, mas também não são impossíveis, dentro das mais variadas dimensões do conhecimento e suas atividades educacionais, onde se desenvolva e envolva atividades complementares com um enfoque preventivo nas políticas de meio ambiente, saúde pública e bem-estar social.

Com base na pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho, pode se constatar a deficiência existente nos vários instrumentos do ensino em vários níveis do conhecimento (6º, 7º, 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º, 2º e 3º ano do ensino médio), porque não há uma cobrança ou meio de trabalhar a Educação Ambiental; embora a escola muitas das vezes ofereça meios para que este assunto seja trabalhado, na prática não funciona, porque há um desinteresse de alunos e professores em trabalhar essa temática dentro de alguns temas e disciplinas, ficando presos aos conteúdos propostos pelo livro didático. As questões simples e básicas são na maioria das vezes esquecidas ou trabalhadas como bate-papo informal em sala de aula.

Os alunos na maioria das vezes se interessam por essas informações, mas não se interessam em discuti-las, sendo que, na maioria das vezes a problematização está na informação, muitas das vezes tendenciosas, que produz muitos dados incoerentes, sem organização, checagem de informações ou atualizações das mesmas. O que deve se separar o que é irrelevante do que é essencial, tendo como base nas informações antigas, de forma a se articular para mostrar a evolução dessa perspectiva.

Essas informações precisam ser checadas e trabalhadas, ainda que esta problemática se contextualize segundo regiões, cidades, ecossistemas, alguns princípios críticos e organizacionais são relativamente comuns a todos, e portanto, tem fundamentos para além de obvio, tendo como fator importante o interesse econômico e sustentável que as escolas têm nesse aspecto, onde se encontra profissionais conhecedores das causas, mas que lhes faltam argumentos.

De uma maneira geral, como já foi citado neste trabalho, a escola não está preocupada, como um ambiente de aprendizagem, preparar os alunos para serem conhecedores de assuntos contextuais e relevantes para a sua vivência, como por exemplo, a terem uma qualidade de vida, mas sim, apenas em preparar os seus alunos para o mercado de trabalho, deixando esses assuntos a cargo de cursos específicos. Esses conteúdos trabalhados, por vezes vinculam às questões de interesses básicos, como por exemplo, realidade social, natural, política, cultural e econômica, da própria escola, ficando estes alienados aos assuntos inerentes da sociedade e da classe

dominante, pois quando estudantes, estes alunos não são estimulados a refletir e buscar possíveis soluções.

Dentro dessa realidade, (JESUS et al 2007, p.45) dispõe sobre as necessidades as quais as escolas devem adotar.

[...] compromisso com o sistema de valores básicos para a vida e para a convivência. Isto é, a incorporação explícita dos valores éticos que favorecem e tornam possível uma vida mais humana em sociedade: valores capazes de dotar de sentido a existência e o projeto de vida pessoal dos alunos, valores que abram a possibilidade para construir, em seu presente e futuro, uma convivência mais feliz, harmônica e esperançosa.

Considerações

A educação é um bem único e particular de cada ser humano a fim de promover o bem social e servir a sociedade. Por isso, que muitas vezes, torna-se tão árduo e difícil implementar certos assuntos à educação, principalmente, quando os interesses particulares ultrapassam as fronteiras do bem comum e do bem coletivo e social.

A proposta aqui apresentada sugere a importância da discussão desta problematização e o debate sobre a relação educação/meio ambiente, dentro do ambiente escolar como uma questão pedagógico-prática, pois bem se sabe que a problemática ambiental é uma questão política onde envolve uma série de questões e interesses contrapondo as opiniões diferentes, onde assume na maioria das vezes papéis conservadores ou emancipatórios, onde se cria um campo de discussão e confrontação de valores, o que não significa que irá surtir algum efeito positivo, já que não se abre possibilidades para que na prática essas discussões venham a acontecer, forçando os alunos se formarem sem que tenham uma formação de conhecimento, que desperte nele o pensamento crítico, levando-o a assumir novas concepções, porque não há nenhum interesse maior que desperte esse potencial, levando-o a não se interessar em discutir esses assuntos, nessa avalanche de interesses, deixando este assunto para níveis superiores.

Como já foi dito, a temática meio ambiente, deverá ser discutida e estar efetivamente presente em todos os níveis do conhecimento, possibilitando ao aluno despertar interesses ganhando mais espaço para reflexão, ampliando as suas formas de conhecimento teóricos e práticos, possibilitando que o aluno ganhe neste espaço um potencial que possa lhe dar parâmetros para ter experiências que possam ser realizadas fora do ambiente escolar.

Deve-se ressaltar também que esta importância se dá através de valores referentes ao fato de que as grandes elaborações críticas levantadas por autores e movimentos organizados no que se refere ao meio ambiente. Que

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 169-184, 2022.

discutem sobre a inserção deste tema dentro do ambiente escolar em que o aluno está inserido, levando em consideração o seu contexto e sua forma de vida, mas também que abram a possibilidade para que estes alunos discutam assuntos que são de fora do seu ambiente de convivência, mas que de certa maneira possam ser atingidos indiretamente, visto que os alunos estão se formando, sem que tenham uma discussão e uma contraposição que os levem a assumir novas convicções.

Agradecimentos:

A Fundação Educacional de Além, na pessoa do professor Eustáquio José Ragazzi, orientador na condução desse trabalho, a Escola Estadual José Bittencourt de Souza, a todo corpo docente, discente, e demais funcionários, que muito contribuíram para a realização desse trabalho.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. V.9. Brasília, 1997a 128p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, 1997b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº. 9.795**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dão outras providências, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. V.9. Brasília, 1997^a 25p

CHALITA, G. **Educação: A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2002.

CMMAD (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO). **Nosso Futuro Comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1988.

DIAS, G. P. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9 ED. São Paulo. Gaiá, 2004

GUIMARÃES, M. **A Dimensão Ambiental Na Educação**. Campinas, Sp: Papirus, 1995 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico. 1995. 107p.

JESUS. C.P. *et al.* **Educação Ambiental**. Manaus Universidade do Estado do Amazonas.

LEFF. E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: CORTEZ, 2006.

LIMA, W. **Aprendizagem e Classificação Social**: um desafio aos conceitos. Fórum Crítico da Educação. Revista do ISEP/ Programa de mestrado em Ciências Pedagógicas. V.3, nº 1, Out. 2004.

PHILIPPI, A. Jr; PELICIONI, M.C.F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Editora Manole, 2005.

SEGURA, D.S.B. **Educação Ambiental na escola pública**: da curiosidade ingênua à consciência crítica. São Paulo: Annablume, 2001 - 214 páginas

SILVA, P.R.A. *et al.* **A Interdisciplinaridade no Ensino de Biologia por Meio Da Educação Ambiental**. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, V. 16, No4:340-358,2021

SCHINKE, G. **Ecologia Política**. Santa Maria: Tchê, 1986.

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 3: 169-184, 2022.